



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
A Dialética em Polirritmia à Brasileira: marxismo e liberalismo na obra inicial de Fernando Henrique Cardoso			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Pedro Luiz Lima	Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ	IESP-UERJ	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O presente trabalho objetiva investigar a apropriação de alguns conceitos-chave da obra de Karl Marx pela sociologia de Fernando Henrique Cardoso. Com ênfase em sua produção da década de 1960, trata-se de apontar para os nexos fundamentais que se estabelecem entre certa “interpretação do Brasil”, forjada por alguns autores identificados com o contexto acadêmico da Universidade de São Paulo (como o próprio FHC, Octávio Ianni, Francisco Weffort e, em alguma medida, Florestan Fernandes), e a recepção da obra de Marx, em especial de O Capital, pelo célebre grupo de estudos que se reuniu entre 1958 e 1963, sob a regência de José Artur Giannotti (o assim chamado Grupo d’O Capital ou Seminário Marx). Sem a pretensão de dar conta da diversa e produtiva gama de autores envolvidos em tal empreitada, este estudo buscará, por um lado, acompanhar a obra inicial de Fernando Henrique Cardoso e identificar, através de uma detida análise conceitual de textos como Capitalismo e escravidão no Brasil meridional (1962) e Empresário industrial e desenvolvimento econômico (1964), a emergência de importantes topoi da sociologia uspiana: caracterização do período 1946-1964 como populista; concepção dialética, pós-cepalina, do desenvolvimento econômico; avaliação dos traços tradicionais e da mentalidade pré-moderna da burguesia nacional. Por outro lado, pretende-se vincular esses marcos interpretativos com a conceituação de matiz marxiana, sob a hipótese de que alguns usos da obra de Marx, mesmo aqueles considerados mais ímpios, podem lançar luz sobre as tensões, intrínsecas à própria armadura dialética, entre marxismo e liberalismo.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Marxismo; Liberalismo; Fernando Henrique Cardoso			

Introdução

“A sociologia é a arte de salvar rapidamente o Brasil”.

Mário de Andrade

A dialética tem o condão de agregar dinamismo e movimento onde só havia mecanicismo e paralisia. Dialeticamente, relações ganham vida e deixam de lado a aparência esquemática da exterioridade para enfim portarem sua real complexidade – causalidades fáceis e lineares perdem, assim, terreno para uma lógica em que a reciprocidade e uma certa marcha elíptica são tanto mais acurados quanto mais correspondem ao próprio conteúdo das manifestações do real. Porque escorregadia e astuciosa, a dialética não se deixa pegar em contradição: ela é a própria contradição.

E nessa ciranda de negações e superações, a realidade entendida como processo vai aos poucos revelando sua trama, desfazendo falsas oposições e reunindo aparentes casualidades sob sua vigilante guarda.

Enquanto forma privilegiada de compreensão dialética, o marxismo (aqui propositadamente entendido de maneira abstrata) é a infalível arma crítica a desmascarar idealismos e apontar para o tortuoso compasso que embala a dança entre uma realidade irracional e a razão irrealizada. A subsunção do real pelo racional se põe, com o marxismo, na ordem do dia – ponto em que o *processo* necessita encontrar o *projeto*, sem cuja presença o metrônomo segue *ad nauseam*. Uma vez encarcerado na forma de *método*, o marxismo oscila entre a angustiada detecção do descompasso e um esperançoso acompanhamento do desenrolar das contradições, enquanto a subjetividade, com sua apropriada consciência, não vem. Pior que isso, o marxismo que se quer alheio a um projeto, e que se pretende cientificamente livre e isolado de contaminações ideológicas, corre o risco de se encurralar na própria armadilha dialética, fundamentando um liberalismo (e um capitalismo) com relação ao qual buscava, de início, se contrapor – e em cuja superação estaria desde sempre empenhada a dialética marxista.

O trabalho que aqui se apresenta objetiva apreender, por um caminho específico, a forma como uma narrativa similar à genericamente construída acima teria, de fato, se realizado em um momento determinante da história das ciências sociais no Brasil. A formação do que se convencionou chamar de escola paulista de sociologia, estruturada ao redor da Universidade de São Paulo nas décadas de 1950 e 1960, representaria o contexto geral de uma suposta transição, ou de uma aparente inovação, nas *grandes interpretações do Brasil*. Consolidada nas obras provenientes do *Seminário de Marx* (grupo de estudos formado, de 1958 a 1964, por professores e alunos da USP onde teria se formulado uma leitura original de *O Capital* e, a partir dela, também da realidade brasileira) e nas pesquisas do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho – CESIT (núcleo de pesquisas vinculado, de 1962 a 1969, à Cadeira de Sociologia I da USP, liderado por Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso), tal guinada no modo de interpretação corrente do Brasil seria o efeito de uma *dialeitização* da compreensão dos dilemas histórico-sociais vividos pelo país. A superação de uma até então prevalecente *concepção dualista* da história e da estrutura social brasileira seria, de certa perspectiva, o resultado de uma feliz conjunção, ocorrida no âmbito da USP na virada para os anos 60, entre dialética, marxismo e cientificismo.

Enquanto o *dualismo* seria a marca de uma interpretação do Brasil pautada pela estática oposição entre *atraso* e *moderno*, a partir da qual a tarefa primordial da sociologia estaria em identificar as *resistências à mudança* e denunciar a persistência dos obstáculos à *modernização*; por

seu turno, a dialética traria movimento e contradição para o primeiro plano, enxergando uma modernização já em marcha, e nela a composição híbrida de uma sociedade que, a um só tempo, não deixa de se modernizar e de conservar manifestações de secular atraso. Para este novo marxismo dialético¹, importaria, pois, investigar não mais as resistências à mudança, mas sim as formas compósitas de manifestação do *desenvolvimento*, em que o capitalismo se consolidaria apesar, e por causa, da escravidão; em que a modernização se realizaria apesar, e por causa, da *irracionalidade de classe* apresentada pelo empresariado (e pelo proletariado); e em que, ainda, o movimento mesmo do desenvolvimento se construiria apesar, e por causa, da *dependência* de um país periférico no panorama do sistema-mundo capitalista.

A despeito dessa significativa *dialeitização*, o que se buscará mostrar abaixo é a maneira como essa nova interpretação do Brasil, marxista e dialética, representou a consolidação de uma *compreensão modernizadora* da trajetória histórica do país, a partir da qual o capitalismo e sua correlata modernidade permaneceriam delimitando o horizonte possível das transformações sociais (e da interpretação sociológica). Em outros termos, a atenção e o apuro dialético empreendidos para a desmistificação do caráter unívoco do processo de modernização não teriam incidido na definição do *telos* moderno que determinava todo o processo – e, neste movimento, é por uma artimanha da própria dialética que se faz possível apontar para a combinação, na interpretação marxista-dialética do Brasil, de um pré-moderno (ou *submoderno*, já que as temporalidades se misturam no pós-dialeitização) cada vez mais *bem compreendido* com um *moderno* sempre mistificado e idealizado.

¹ Sobre esta aparente superação do dualismo, as referências são *Sentimento da dialética* (1994) e *Um departamento francês de ultramar*, de Paulo Eduardo Arantes (1994), e “*Um seminário de Marx*”, de Roberto Schwarz (1999). Ademais, a própria *Crítica à razão dualista* (1ª edição de 1972), de Francisco de Oliveira, onde a pretensão dialética de superação do dualismo aparece de maneira direta, pode ser lida como uma continuação deste “novo marxismo dialético” uspiano – como sugere o próprio Schwarz, em prefácio à edição recente daquela obra clássica: “*No plano teórico, a ‘crítica’ aderiu à apropriação não-dogmática do marxismo que estivera em curso na Universidade de São Paulo desde antes de 64*” (2003:20).

Para identificar isso que poderíamos chamar de *dialeção interrompida*², optou-se por acompanhar a obra inicial de um dos protagonistas desse movimento, parte fundamental tanto da assim chamada *escola paulista de sociologia*, quanto do *Seminário de Marx*, do CESIT e do importante CEBRAP: Fernando Henrique Cardoso. Tal escolha se justifica, desde logo, não apenas por se tratar de um dos mais importantes sociólogos dos últimos cinquenta anos no Brasil, mas também por ser sua trajetória enquanto intelectual e político uma das decisivas questões em aberto da nossa história recente. O foco da pesquisa recairá, especificamente, na obra de Cardoso do início da década de 1960 – ficando, pois, muito além de sua amplitude os textos e discursos referentes à carreira político-institucional do autor.

Entende-se, como premissa deste estudo, que é mais frutífero, científica e politicamente, reler essa obra como um momento importante do marxismo no Brasil do que reverberar algumas leituras, pseudo-ortodoxas, segundo as quais toda a trajetória política de FHC estaria indelevelmente marcada por sua leitura “errada” de *O Capital*, ou por se tratar, desde sempre, de um “falso marxista”, mais adepto aos princípios do liberalismo do que aos preceitos da dialética marxista.

No que segue, abordaremos partes da obra de Fernando Henrique Cardoso, a partir de uma divisão em duas seções: a primeira compreenderá alguns artigos de juventude, publicados antes da publicação de sua tese de doutorado, ocorrida em 1962; e a segunda parte abarcará as duas importantes teses defendidas pelo autor no curto espaço de tempo que abrange o doutorado (*Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*) e a livre-docência (*Empresário industrial e desenvolvimento econômico*), defendida em novembro de 1963.

Não apenas a abordagem destes textos será necessariamente preliminar e ainda imprecisa, pois se trata antes de apontar para a fertilidade da hipótese do que de realizar qualquer tipo de aprofundamento; como também a evidente exigüidade do período tratado implicará a exclusão de

² A ausência da *negação da negação*, ou da *superação dialética*, em certo “pensamento uspiiano” é tratada por Werneck Vianna no seu clássico *A Revolução Passiva*: “a idéia de síntese que orienta essa *intelligentia* não aponta para o universo das polarizações e das superações dialéticas. Sobretudo, o seu ponto de vista não é o de um ator revolucionário, mas o da *Ciência Social* (...). Essa *intelligentia* não se move no terreno da revolução, e sim no da reforma, identificando-se tacitamente com o que se pode designar como processo transformista em chave positiva, no que, aliás, reitera o viés do ensaísmo das antigas elites intelectuais” (2004:209). Um dos objetivos deste trabalho é ressaltar como esta “sociologia que não se quer traduzir em uma política” (idem:210-11) talvez seja, a despeito de si mesma, política em um sentido específico que será preciso decodificar.

Ainda sobre o tema, alguns limites políticos desta dialética da sociedade competitiva de classes são destacados por Schwarz: “A reflexão sobre a impossibilidade de uma competição sem perdedores, ou, por outra, sobre a impossibilidade de um nivelamento por cima – mas que por cima é esse? – impele a questionar a ordem que engendra o problema. Aqui, depois de haver ativado a disposição política em âmbito nacional, a reflexão dialética passa a paralisá-la na sua forma corrente, ou melhor, passa a solicitar um tipo de política diversa, meio por inventar, para a qual a questão nacional é relativa” (2003:21).

obras e de temas fundamentais na trajetória intelectual de Cardoso. Nesse sentido, a divisão em duas partes e a limitação de sua abrangência se devem, portanto, ao andamento atual de uma pesquisa em seu início.

1. Primeiros escritos: dualismo e modernização

Em uma série de artigos anteriores à publicação de sua tese de doutoramento (1962), Fernando Henrique Cardoso voltou sua atenção para as condições sociais da industrialização, especialmente em São Paulo, e para a incompletude do processo de formação das classes sociais no país. De alguns destes textos, que datam de 1960 e 1961 e serão analisados nesta seção³, depreendem-se alguns dos movimentos analíticos e conceituais fundamentais que, poucos anos depois, estariam na base das obras de maior fôlego do autor.

Procuraremos discernir nestes primeiros artigos os seguintes componentes centrais para a interpretação deste encontro entre a “sociologia da inautenticidade” e a utilização mais sistemática de categorias marxistas: em primeiro lugar, (I) será preciso verificar em que medida a ratificação da persistência de uma dominação tradicional de tipo patrimonialista se articula, agora, através do vocabulário da *classe*, do *interesse de classe* e da *consciência de classe*; em seguida, (II) ressaltaremos como a idealização da modernidade termina por suplantando quaisquer precauções anti-evolucionistas do autor, culminando em uma teleologia que afirma a superação da pré-modernidade como efeito necessário da modernização – em movimento típico da perspectiva dualista que viria a ser *dialetizada* em seus trabalhos posteriores.

(I) Algumas características da organização social brasileira, e de seu processo compósito de modernização conservadora, legam complexos óbices à formação de uma estrutura de classes própria a sociedades competitivas modernas. A partir desta avaliação geral, Cardoso identifica na rapidez do processo de industrialização nacional e na heterogeneidade do operariado, maculado pela origem agrária de largos estratos, duas das causas para a permanência de uma dominação de tipo patriarcal, mesmo nas áreas urbanas industriais.

³ Os textos são os seguintes: “*Proletariado e mudança social em São Paulo*” e “*O café e a industrialização de São Paulo*”, ambos de 1960, publicados em revistas acadêmicas de sociologia e história brasileiras; “*Condições e fatores sociais da industrialização de São Paulo*”, de 1961, publicado na Revista Brasileira de Estudos Políticos; e “*Le prolétariat brésilien: situation et comportement sociale*”, também de 1961, publicado na revista francesa Sociologie du Travail, dirigida por Alain Touraine.

Tanto a industrialização acelerada quanto a origem rural do novo proletariado fariam com que o emprego na indústria representasse, no quadro do subdesenvolvimento e da alarmante pobreza de imensa parte da população, um significativo ganho material para os empregados na indústria, de tal forma que estes acabavam desviados da “*consciência racional da situação de classe*” (Cardoso, 1960a: 7) pela *euforia* da ascensão social. Esta dicotomia, vale frisar, entre a euforia individual e a consciência de classe é central na perspectiva de Cardoso.

De todo modo, o autor foge da ênfase subjetivista, realçando o caráter estrutural de uma massa operária que tinha qualquer possibilidade de definir seus interesses autônomos negada pela “sociedade global” (1961b: 367). A origem dos “valores extra-proletários” (idem: 374) dos operários estaria, também, na melhora concreta que representava o emprego na indústria, na fase inicial, pré-revolução de 1930, de que trata a análise. Melhora, esta, que fazia com que o próprio mito capitalista do *self-made man* virasse, em nosso contexto, realidade (idem: 366) – em inversão sintomática de um quadro social que, de tão avesso à modernidade capitalista, terminaria até por inverter a lógica da ideologia. Pois a falsidade da consciência que, no contexto moderno, impõe a crença no mito do *self-made man* como parte do processo de naturalização da ideologia burguesa e da conseqüente consolidação dos comportamentos “racionais” de classe, estaria no Brasil surrupiada por um contexto onde a precariedade material conferiria ao mito um caráter de possibilidade objetiva. E, assim, a função ideológica estaria erradicada pela própria realização daquilo que deveria permanecer sempre prometido e nunca concretizado.

Para nossos fins neste estudo, menos do que o erro ou acerto da interpretação histórica, importa mais a maneira como tal interpretação denuncia o *atraso* e a *irracionalidade* de um proletariado supostamente “eufórico” pela ascensão social. No caminho que vincula a interpretação weberiana do Brasil àquela de Fernando Henrique Cardoso, é preciso sublinhar como neste último persiste uma crítica do pré-moderno que é automaticamente associado, em chave weberiana, a uma dominação patrimonial. É, portanto, do ponto de vista do *racional-legal* que se questionará o hiato entre nosso processo de modernização e a modernidade imaginada.

Interessante, ainda, perceber como na narrativa de Fernando Henrique aquele que seria o sujeito por excelência da modernidade, o proletariado, no hibridismo da sociedade brasileira passa, também ele, a atuar como agente do atraso. Um de seus pontos-chave nesses primeiros artigos é identificar “*os efeitos sobre o processo de mudança social da ausência de expectativas e atitudes definidas racionalmente em função dos interesses de classe, entre os operários das áreas em expansão industrial rápida e recente*” (idem: 3-4). Por essa linha, tem-se que a subjetividade

moderna, alicerçada em uma racionalidade instrumental de interesses, encontraria no Brasil obstáculos para se constituir em meio ao contexto social impropriamente tradicional.

A narrativa concebe, pois, o proletariado nacional como incompleto em meio a um desenvolvimento parcial e fragmentário. Nesses termos, é sintomático da nossa dualidade moderno-atraso que os operários paulistas tenham “*reações contraditórias em face do que se poderia presumir serem os interesses legítimos da classe*” (idem: 4-5). A mudança social, no bojo da qual se moderniza a sociedade, é atravancada pelo fato de tanto empresários quanto proletários convergirem em um comportamento irracional e personalista. As *resistências à mudança social* viriam, assim, tanto de baixo quanto de cima, e o andamento (pré-concebido) da nossa história se atrasaria pelo descompasso existente entre nossas subjetividades, aparentemente avessas ao comportamento de classe, e a objetividade do progresso material:

“o trabalhador paulista tende a definir sua lealdade para com os patrões e, correspondentemente, a esperar deles um tratamento que ainda se molda em grande parte por padrões do velho paternalismo brasileiro (...). Sabendo-se, por outro lado, que também os empresários, muito generalizadamente, encaram a fábrica como um patrimônio familiar que pode ser gerido nos velhos moldes patrimonialistas, percebe-se que as expectativas e atitudes dos operários, neste particular, contribuem para a manutenção da antiga ordem, formando a contra-partida necessária da atitude dos patrões, em vez de constituírem-se como focos de tensões capazes de provocar mudanças” (idem: 8-9).

Parece, enfim, que a classe obstrui, ela mesma, a formação das classes – em formulação paradoxal que se faz possível apenas pela teleologia da análise. A tendência de os empreendedores capitalistas brasileiros apresentarem certo apego às estruturas de poder tradicionais não seria, contudo, algo surpreendente, em uma sociedade que se moderniza na marcha lenta da sua “*revolução burguesa encapuzada*”. Mais relevante, entretanto, é que também o operariado apareça “*irracionalmente*” afastado de seus “*verdadeiros interesses*”. E talvez o que mais surpreenda o autor, revelando a pungência dos costumes pré-modernos, seja o fato de que até mesmo os burgueses estrangeiros se deixem levar pelo patrimonialismo local, aderindo a uma lógica de dependência com relação às regalias concedidas pelo Estado. Em suas próprias palavras: “*o mais curioso é o fato de dessa mentalidade participarem também os empreendedores ligados às firmas estrangeiras, e isto demonstra que padrões que se formaram e se explicam nas condições peculiares do desenvolvimento industrial brasileiro tendem a se incorporar no sistema industrial mesmo depois de plenamente constituído*” (1961a: 161).

(II) Toda a análise de Fernando Henrique Cardoso acerca das condições sociais da industrialização de São Paulo se realiza tendo como ponto de partida o reconhecimento de que há particularidades deste processo que não replicam o contexto clássico, “manchesteriano”. Nesse sentido, não cabe interpretar esses seus “textos de juventude” como esboços de um pensamento cruamente teleológico e mecanicista. Pelo contrário, há uma constante preocupação por parte do autor com o contraste entre as especificidades da modernização brasileira e a rota clássica.

Por isso, para defender o argumento segundo o qual, a despeito destas precauções, os textos permaneceriam adeptos de uma subjacente vertente teleológica, é preciso reconhecer as ressalvas explícitas ao longo dos textos. Mais ainda, talvez a tarefa consista precisamente em reconhecer *nas* próprias ressalvas ao mecanicismo e a comparações diretas o núcleo de uma teleologia implícita, em que o espelhamento da trajetória do desenvolvimento nacional nos parâmetros clássicos pode ser induzido das próprias categorias. Em outros termos, os próprios conceitos de classe, proletariado, burguesia, interesse e consciência de classe, quando aplicados para interpretar o contexto histórico brasileiro, trazem embutidos um *telos*. Nesse ponto, deparamo-nos com uma complicação central à interpretação dialética da realidade nacional. Pois se o movimento dialético do real só se revela no final do processo, então ou se concebe a moderna sociedade de classes como este fim, e assim o termo *classes em formação* passa a fazer algum sentido, ou o fim é desconhecido, e a tarefa de compreender um processo histórico em sua singularidade precisa dispensar a importação de falsos crepúsculos. Vejamos como Fernando Henrique Cardoso adota a primeira via – estando a própria inteligibilidade da sua narrativa atrelada a um *sentido* que é iluminado pelo *a posteriori* pressuposto.

Em chave aparentemente cética, sua suspensão de juízo sobre o desenrolar da proletarização dos operários brasileiros se explicita nos termos idílicos do paradigma projetado sobre a realidade: “até que ponto no Brasil se vive um momento de transição para as situações clássicas nas quais o proletariado passa a definir autônomo, do seu ponto de vista de classe, seus objetivos e interesses é algo difícil de afirmar” (1960a: 7). O trecho suscita a inevitável indagação sobre se existiria, de fato, essa modernidade onde o proletariado detém tamanha autonomia e consciência de classe – deixando de lado a complexidade intrínseca ao próprio conceito. Central, aqui, é identificar como essas “situações clássicas” a que se refere Cardoso aparecem sempre com uma considerável carga de idealização.

A crítica aos que querem copiar um *modelo de modernização* esconde, pois, uma acrítica adesão ao *modelo de modernidade* a partir do qual a história do país é lida. Mais ainda, o próprio

processo “clássico” de modernização termina por ganhar ares idílicos. Nesse sentido, se as “condições de livre concorrência” teriam marcado a industrialização europeia, aqui “*seria bisonho esperar que a livre empresa originada nos países dependentes possa, por si só, realizar um empreendimento gigantesco como a industrialização moderna*” (1961a: 160).

E, curiosamente, a razão pela qual não se possui um modelo de desenvolvimento estaria na relevância dos caracteres subjetivos do impulso industrializador – caracteres estes que seria infrutífero tentar gerar numa emulação dos países avançados. Nesse ponto, a passagem seguinte é esclarecedora da confusa relação que se estabelece entre objetividade e subjetividade nas primeiras obras de Cardoso:

“a consciência da necessidade da industrialização antecipa-se nos países sub-desenvolvidos às condições para que a industrialização se processe autonomamente. A industrialização da Europa, por exemplo, foi possível, porque o gênio inventivo daqueles povos produziu a ciência e a técnica sob as quais se assenta a grande indústria. Disso decorria, por outro lado, que o ritmo de expansão da indústria e de sua transformação dependia diretamente da solução dos problemas técnicos que o próprio desenvolvimento industrial levantava, num permanente desafio à inteligência humana” (1961a: 160).

A versão subjetivista mitológica – e estranha para um cuidadoso leitor de *O Capital* – das causas da industrialização inglesa termina por corroborar a tese de que no subdesenvolvimento a “consciência da necessidade da industrialização” é o elemento que distancia uma situação da outra. Enquanto *Manchester* seria efeito do livre e autônomo desabrochar do “gênio inventivo” dos povos do norte, o subdesenvolvimento estaria preso em um contraditório estado onde o imperativo da industrialização, tornado consciente, é ele mesmo um fator de desequilíbrio da modernização. Afinal, é como se da “subjetividade autônoma em concorrência” adviesse um desenvolvimento para o qual a *consciência* de sua necessidade devesse ser conseqüência e não causa do processo. Enquanto causa, a consciência passa a ser paradoxalmente um obstáculo para a “autonomia” do livre curso dos interesses.

Em outros termos, quando há uma consciência possível anterior aos interesses de classe, a “autonomia” do processo normal de constituição da modernidade sofre perturbações incorrigíveis. Essa consciência que se antecipa às condições concretas da industrialização faz, por exemplo, com que o Estado entre em cena como um potencial demiurgo artificial do desenvolvimento. Mas porque esse artifício está embebido na tradição patrimonial e pré-moderna por excelência do contexto brasileiro, chegaríamos a um hibridismo em que a consciência modernizadora (o Estado) seria um possível entrave para a realização, na periferia, da modernidade (a autonomia dos interesses e do “gênio inventivo”).

No padrão da modernidade, a consciência e a racionalidade estariam postas a serviço dos interesses de classe, esses sim os únicos móveis imanentes e legítimos da ação social. Vejamos, então, que enquanto no subdesenvolvimento a *consciência* perturba um processo por si só *tradicionalmente perturbado*, na sociedade moderna ela seria escrava dos interesses. Nas próprias palavras do autor,

“As sociedades modernas dispõem de recursos - por causa do progresso civilizatório e cultural - para tomar consciência, racionalmente, dos problemas criados pelo desenvolvimento social e procurar interferir, dentro de certos limites, no seu curso, tentando resolvê-los conforme o interesse específico e o sentido socialmente definido como desejável pelas camadas capazes de imprimir os rumos das sociedades industriais modernas” (1961a: 162).

Despida, assim, de suas patologias, é a imagem idealizada de modernidade que conduz o autor à *chave otimista* que mencionáramos acima. E aparece, enfim, São Paulo como vanguarda de uma superação difícil, porém possível e, mais do que isso, já em marcha. Uma vanguarda que, à boa moda dialética, explicita não apenas os elementos do progresso como também a *polirritmia* de um desenvolvimento desigual e combinado. São Paulo passa, assim, a representar tanto uma escola de transformação da massa trabalhadora em classe (1961b: 376) e o *locus* originário do “espírito inventivo”, do “espírito capitalista e do afã de progresso do paulistano” (1960b:475), quanto um espelho da promiscuidade entre a propriedade industrial e a estrutura patrimonial.

Tanto estes resquícios estruturais do patrimonialismo na relação patrão-empregado quanto a herança de um sindicalismo tutelado pelo Estado, legado pelo varguismo pós-1930, seriam responsáveis por “*entorpecer a consciência social dos grupos proletários*” (1960a: 10). De tal modo entorpecidos, os trabalhadores, enquanto subproletários que são, se poriam a serviço da perpetuação do atraso – e, aqui, em um texto de 1960, teríamos um germe do que viria a ser a futura teoria do populismo, não por acaso, desenvolvidas por um parceiro (Octavio Ianni) e um aluno (Francisco Weffort) de Fernando Henrique Cardoso.

Premidos pelo patrimonialismo circundante, os trabalhadores persistiriam, para Cardoso, afeitos às “*práticas tradicionais e rotineiras de orientação da lealdade antes em termos pessoais ou aleatórios do que ideológicos*” (idem: 10). Os termos desta passagem são significativos: no estágio pré-ideológico, os trabalhadores apresentariam uma atuação política que, quando não baseada em móveis personalistas, seria *aleatória*.

Confunde-se, desta forma, a ideologia com uma política de classes, e ao subdesenvolvimento não é concedida nem a possibilidade de se movimentar por meio de disputas ideológicas. Ressignificada e subordinada a ideologia à classe, e esta, por sua vez, reduzida à

manifestação de interesses homogêneos, restariam apenas, no quadro de uma sociedade de classes em formação, trabalhadores que “*participam da luta pelo poder mais como uma ‘massa de manobra’ do que como uma classe social verdadeiramente consciente de seus interesses*” (1961b: 375-6).

A passividade dos trabalhadores, importa destacar, aparece quase como um corolário lógico do encadeamento normativo que fundamenta a argumentação de Fernando Henrique Cardoso. Partindo das classes – únicos portadores possíveis e legítimos de capacidade política efetiva – como categoria central da sociabilidade industrial democrática (o autor confunde algumas vezes, e sintomaticamente, industrialização com democratização ao longo de seus textos), e compreendendo essas classes enquanto portadoras de uma consciência que é tanto mais objetiva quanto mais ela é resultado da pressuposta homogeneidade de interesses, podemos prescindir da *história* para avaliar que onde não houver “sociedade competitiva de classes”, haverá massas passivas.

2. Teses: dialética aplicada e subcapitalismo populista

A partir de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, o autor traz para primeiro plano a busca por uma crítica dialética à sociologia da modernização que, até ali, marcara tanto a sua incipiente obra⁴ como também a produção de seu orientador, Florestan Fernandes. Se, por um lado, a guinada dialética representava um afastamento, formulado no âmbito do *Seminário de Marx*, em relação a Florestan e sua tentativa de síntese dos três métodos da sociologia clássica (compreensão weberiana, funcionalismo durkheimiano e dialética marxista)⁵, por outro, é interessante notar como o próprio Florestan também viria a acompanhar aquele movimento de superação da abstrata teoria da modernização⁶. Esta relação entre as descontinuidades na obra de Florestan e a “evolução

⁴ Como indica Wagner de Melo Romão, “*Fernando Henrique, ao formular a possibilidade do uso do método dialético na análise histórico-social contrapunha-se às teses da ‘demora cultural’ e às referências às ‘resistências à mudança’, que ele próprio assumira em textos escritos havia bem pouco tempo*” (2006:173).

⁵ Cf. *Fundamentos Empíricos da investigação sociológica*. Em certo sentido, o próprio fato de Florestan Fernandes não ter sido convidado a participar do *Seminário de Marx*, que envolvia ao menos dois de seus principais assistentes (Fernando Henrique e Octavio Ianni), já denota uma tentativa de superar, de algum modo, sua grande influência. Florestan trata disso em *A sociologia no Brasil*; por sua vez, representando o “outro lado”, Giannotti explana a intenção difusa do *Seminário* de alçar a dialética ao posto de método superior: “*Se nenhum de nós aceitava essa tripartição metodológica, ao menos ela nos alertava sobre a diversidade dos processos de conhecimento e nos colocava diante do desafio de compreender de que modo qualquer reformulação da dialética, como método de explicação científica, devia resolver melhor os problemas colocados pelos padrões concorrentes*” (116).

Na mesma linha, é o próprio Fernando Henrique Cardoso quem afirma: “*Florestan Fernandes, atormentado pela obsessão de desenvolver uma sociologia que não fosse constatação positiva da ordem predominante, abriu uma possibilidade de justificação da dialética como um dos três métodos fundamentais: o funcionalista, o weberiano e o dialético. A maioria dos participantes do ‘seminário de Marx’ atribuía à dialética um status teórico mais abrangente, aceitando a utilização dos outros métodos em forma subordinada*” (1977:12).

⁶ Nesse sentido, é significativo o *mea culpa* enunciado por Florestan, em seu *A sociologia numa era de revolução social*: “*As distorções do nosso ‘superego nacional’ são tão profundas, que eu próprio tinha como certo que essas contradições se explicariam, sociologicamente, em termos de hipóteses clássicas. Pensava que o dilema social brasileiro estaria em ajustar as esferas da sociedade brasileira, que não se transformaram ou que se transformaram*

teórica” de seus assistentes é fundamental para uma compreensão densa da produção uspiana deste período – e deverá ser aprofundada na tese.

Por ora, e limitando-nos aos restritos fins deste projeto, convém acompanhar como se dá, em Fernando Henrique, a passagem da defesa teórica do método dialético – exposta no célebre prefácio de 1962 a *Capitalismo e escravidão* – à sua aplicação na interpretação sócio-histórica do Brasil, de modo a conferir primazia aos *interesses de classe* na dinâmica histórica. É esta dialética, cujo corolário fundamental prioriza o *interesse* (móbil estrutural determinante da sociedade e limite objetivo da *consciência de classe*), que, para nossa hipótese, pode apontar um nexo elementar entre marxismo e liberalismo – a ser estudado nas acima mencionadas partes segunda e terceira da tese.

Conforme revela o autor em outro prefácio, escrito posteriormente para a segunda edição (de 1977), tratava-se em *Capitalismo e escravidão* de aproximar o Marx de *O Capital* com o Sartre da *Critique de la raison dialectique* e o Lukács de *História e consciência de classe* (1977:13). Já anunciando o que viria a ser sua futura oposição à distinção althusseriana entre objeto do conhecimento e objeto real⁷, Cardoso defende que não há hiato entre a dimensão lógica das categorias e o plano ontológico das contradições reais. Evitando o risco do empirismo, caberia à “*interpretação totalizadora da dialética*” reunir em suas categorias tanto a superfície “*saturada historicamente*” dos fenômenos quanto suas “*relações essenciais que aparecem de imediato, como afirmava Marx, ‘mistificadas’*” (idem:27)⁸.

Contra o estruturalismo e o funcionalismo, afirmava-se a superioridade do método dialético por sua capacidade de dar conta da dinâmica social. Enquanto os métodos concorrentes não concebiam a mudança social senão como disfunção ou desequilíbrio de um sistema *a priori* funcionalmente equilibrado e coeso, a dialética forneceria, por inscrever a contradição como fundamento e representar o fluxo social “como um contínuo” (34), a melhor angulação para a compreensão de uma sociedade em perpétuo movimento.

Dialeticamente, pois, Fernando Henrique se põe a desmistificar alguns falsos lugares-comuns que dominariam a história da escravidão no país, em geral, e no *Brasil meridional*, em

com menor intensidade, às esferas que se alteravam com maior rapidez e profundidade. Com isso, encarava a situação sócio-cultural do Brasil como uma alternativa da teoria da demora cultural, como ela é formulada por Ogburn, em vista do padrão de desenvolvimento da comunidade urbana na era industrial. Essa é uma ilusão que poderia afetar o agente social que visse a ‘realidade brasileira’ através do conhecimento de senso comum e pelo prisma de potencialidades econômicas, culturais e sociais típicas da cidade de São Paulo. Que tal ilusão tenha interferido nas idéias de alguém que compreendia essa mesma realidade através de categorias sociológicas e não tinha dúvidas em apontar a inadequação estrutural e dinâmica do horizonte cultural dominante constitui algo digno de ponderação. Isso quer dizer que estamos de tal maneira impregnados daquelas manifestações simbólicas de teor compensatório, que o próprio cientista social precisa percorrer um caminho difícil para libertar-se de pré-noções e chegar a assumir uma posição favorável à descrição objetiva das coisas” (Apud Romão, 2006:79).

⁷ A crítica de Fernando Henrique ao althusserianismo viria a aparecer no texto “Althusserianismo ou marxismo? A propósito do conceito de classes em Poulantzas”, de 1971, onde se acompanha de perto a argumentação de Giannotti, elaborada em “*Contra Althusser*”, de 1968.

⁸ A partir daqui as referências a *Capitalismo e escravidão* terão apenas o número da página entre parênteses.

particular. Em primeiro lugar, trata-se de, retomando tema central das preocupações de Florestan Fernandes e Roger Bastide⁹, questionar a ideologia da “democracia racial brasileira” – que teria como um de seus suportes a narrativa freyreana de *Casa-grande e Senzala*.

No caso específico do Rio Grande do Sul, esta ideologia se misturaria com outros mitos históricos, segundo os quais não teria havido uma intensa utilização de mão-de-obra escrava nessa região, que se caracterizaria, ainda, por sua admirável “democracia rural” (115). Ambos os equívocos são desconstruídos pela leitura de Cardoso: houve, sim, uma “*intensa utilização de mão-de-obra cativa na economia riograndense*” (80), que em nada se assemelhava a uma democracia rural ou racial, visto que “*às posições assimétricas na estrutura social correspondiam formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação*” (84).

A narrativa dialética procura, então, reconstituir a realidade da dominação, para além das ideologias que teriam contaminado tanto a excessivamente docilizada versão clássica de Freyre, quanto a não menos equivocada apologia da “democracia rural gaúcha”, de Oliveira Viana. Contra este último é desferido o ataque mais direto, pois sua adesão àquele mito democrático denunciaria uma inconsciente internalização, pré-dialética, obviamente, da própria ideologia dos senhores gaúchos – de cujo afastamento dependeria qualquer tentativa de reconstrução histórica acurada. Nesse sentido, Viana teria se deixado envolver por “*um mecanismo de defesa desenvolvido pelo grupo branco dominante que acaba por impedir a análise objetiva da vida social*” (123).

Desfeitas tais confusões pela interpretação científica da história riograndense, a grande tese do livro está, desde logo, explícita na aparentemente inocente *conjunção aditiva* de seu título – que para o observador atento esconde amplo significado. Tratar do entrelaçamento histórico de dois conceitos aparentemente opostos e auto-excludentes, *capitalismo* e *escravidão*, é o objetivo principal do estudo de Fernando Henrique. Com efeito, a exposição é prodigiosa ao desvelar as formas pelas quais o capitalismo no Brasil se desenvolveu, em um primeiro momento, através, e posteriormente, para além da escravidão. Sendo a “*organização do trabalho escravo uma organização contra o trabalho*” (175), concebido nos termos da racionalidade instrumental, e “*a economia escravista uma economia de desperdício pela sua própria natureza*” (173), inscreve-se na tendência ao crescimento do sistema capitalista a superação deste obstáculo fundamental que é a economia escravocrata. A um só tempo óbice e mola propulsora, a escravidão, em sua relação com o capitalismo, aparece como o nítido exemplo de que a sociabilidade capitalista se estrutura, dialeticamente, a partir de suas contradições internas.

Persiste, contudo, uma questão mal resolvida pelo vai-e-vem dialético do texto. Pois, em dado momento, a superação do escravismo aparece como conseqüência natural de um

⁹ Cf. *Negros e brancos em São Paulo*, de Bastide e Fernandes, e, deste último, *A integração do negro na sociedade de classes*.

“*desenvolvimento das forças produtivas*”, uma vez que, devido a suas “*contradições internas*”, “*o sistema escravista estava destinado ao malogro*” (172-3). Mas, algumas páginas depois, afirma-se, na direção contrária, que “*o ‘capitalismo moderno’ não se implantou no Rio Grande do Sul por força da necessidade de concorrência econômica do sistema de produção e, ipso facto, se transformou numa espécie de monstro que sorveu o regime escravo*” (204). Desta feita, contrariamente à anterior explicação “estruturalista”, o autor oferece uma sobrevalorização da política enquanto motor real das transformações sistêmicas:

“o abolicionismo difundiu-se no sul, como uma forma de consciência antes de mais nada política, através de grupos que a ela se apegaram como uma ideologia libertária que, ao mesmo tempo, servia aos interesses (não necessariamente pessoais, diretos e econômicos) dos partidários do trabalho livre, isto é, da imigração. A análise do processo histórico como um conjunto de faits accomplis possui uma inteligibilidade aparente enganadora” (204).

Nota-se, da passagem acima destacada, que a relutância, dialética, em conferir automatismo estrutural ao movimento de supressão da escravidão no sul do país culmina na atribuição de uma autonomia relativa ao campo da política – definida, de forma imprecisa, como um composto de “ideologia” e “interesses”. Restaria esclarecer, a esta altura, em que medida estes “interesses”, atributos aparentemente variáveis da subjetividade, não seriam antes o *meio* através do qual o movimento *objetivo* do capital se personifica. Desnecessário lembrar que, em Marx, o capitalista é apenas relevante enquanto personificação do capital, compreendido como sujeito automático.

Também o tema das “formas de consciência possível”, herdado do jovem Lukács, permanece um tanto obscurecido na narrativa de Cardoso – e, ainda uma vez, pelo conceito, muito utilizado e pouco tematizado, de *interesse*. Assim é que o autor, traçando um paralelo entre a parcial revolução social implícita no processo de abolição da escravatura no Brasil (trata-se de uma “*mudança dentro da alienação*”, e não da emancipação) e a revolução proletária, chama a atenção para a fundamental diferença entre as formas de consciência possíveis aos dois agentes dessas revoluções. Enquanto o escravo seria incapaz de desenvolver uma “consciência totalizante da situação” que ultrapassasse o “sentimento de revolta” (218), devido a sua “inserção lateral” na sociedade brasileira; por sua vez, os proletários seriam dotados da capacidade de alargar sua consciência, e assim realizar a revolução *sans phrase*, inatingível aos escravos em sua circunscrita luta.

“Há momentos nos quais a ação social humana situa-se historicamente em condições tais que se torna possível, a um tempo, ter consciência da história e plasmar, graças a essa consciência, o sentido do curso histórico em função dos interesses de uma camada determinada da sociedade. É o

que ocorre, por exemplo, com as revoluções proletárias. Nesse caso o processo todo é revolucionário” (245).

Aparece, aqui, o tema dos interesses, e permanecemos, não obstante, ainda confusos quanto à natureza determinada desta pressuposta relação entre “consciência revolucionária” e interesse de classe. Deixa-se entrever, contudo, que a “consciência da história” dependeria diretamente dos interesses “de uma camada determinada da sociedade”, sem os quais o processo revolucionário perderia o norte – afinal, o “sentido do curso histórico” precisa se definir “em função dos interesses”.

Além desta irresolução quanto ao conteúdo do, a nosso juízo, problemático conceito de *interesse*, há outro evidente ponto de continuidade entre *Capitalismo e Escravidão* e *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, qual seja, um relativo hibridismo no uso de categorias weberianas dentro de um quadro geral dialético-marxista. Já nos termos do primeiro livro, a sociedade brasileira é “patrimonialista” e se estrutura “estamentalmente” (96 e 111) – o que nos interessa sobretudo, na medida em que tal caracterização já aponta para *afinidades eletivas* entre o marxismo uspiano de Fernando Henrique Cardoso e a interpretação liberal-weberiana do Brasil, onde o *estamento*, em Raymundo Faoro, e o *patrimonialismo*, em Simon Schwartzman, por exemplo, aparecem como conceitos-chave.

Toda a argumentação de *Empresário industrial* se desenvolve a partir da articulação entre conceitos weberianos e marxistas. Por um lado, “*o que dá sentido à atividade empresarial continua a ser a ‘produção de lucros’ e a base social para que esta economia se mantenha continua a ser a apropriação privada dos meios de produção e a exploração do trabalho dos não possuidores*” (1964:33); por outro, “*a distinção clássica de Weber, entre tradicionalismo e espírito capitalista, contém o germe de toda distinção sobre rotina e atividade empresarial*” (idem:27) – e é partindo da categoria weberiana de racionalidade que o autor construirá sua dialética da mentalidade empresarial brasileira. Dialética, esta, em que os termos parecem se inverter, posto que a conjuntura nacional demandaria irracionalidade empresarial. Prova de que os modelos de racionalidade se relativizam e se adequam ao contexto específico do subdesenvolvimento – em cujo diagnóstico talvez se esconda o *projeto* de racionalizar o meio, para que os agentes possam, enfim, ser condizentemente racionais.

De nosso mercado impuro – outros diriam, de nosso *capitalismo politicamente orientado* –, advém as circunstâncias em que, contraditoriamente, a boa racionalidade requer a irracionalidade como *modus operandi*:

“O mercado brasileiro, sendo relativamente restrito, é muito sensível a alterações provocadas por medidas governamentais ou mesmo por decisões de grandes grupos econômicos, imprevisíveis para a massa dos industriais (...). O grau escasso de previsibilidade econômica imposto pela conjuntura sócio-econômica brasileira obriga os empresários a tomar decisões rápidas, guiadas mais pela ‘sensibilidade econômica’ do que pelo conhecimento técnico dos fatores que estão afetando a empresa. A delegação de autoridade e a racionalização das formas de controle pode resultar, nesta conjuntura, em perdas graves, que a ação pronta e ‘irracional’ do chefe de empresa pode evitar” (idem:106).

O tradicionalismo resistente da sociedade brasileira é, para Cardoso, um dos importantes dados do contexto brasileiro que impediriam a formação de uma burguesia com interesses “bem compreendidos”. Daí que as teses de *Empresário Industrial* se dirijam justamente à crítica e superação da ideologia das alianças pluriclassistas – esposadas, à época, pelo PCB e por alguns intelectuais do ISEB.¹⁰

Voltado contra “a inconsistência da política populista” (14)¹¹, o livro busca demonstrar que, em contraste direto com o mito da burguesia nacional, o desenvolvimento nacional teria se dado não *por causa*, e sim *a despeito* da burguesia local. Em outros termos, não foi a pujança ou a sagacidade empresarial da classe burguesa que impulsionou o avanço do capitalismo no país. Com efeito, para o autor, “a partir de padrões tradicionais e ‘irracionais’ de comportamento econômico empresarial, criaram-se ‘condições’ para a acumulação de capital e para a decantação de formas de experiência industrial que se transformaram em ‘ação empresarial moderna’” (82). A modernização do empresariado nacional se dá, portanto, macunaimicamente por meio da própria irracionalidade de classe, indispensável para a sobrevivência das empresas – e, assim, a acumulação de capital pode seguir, no país, apenas o ritmo sincopado de um subcapitalismo que, a despeito dos resquícios tradicionalistas, persistiria em constante expansão. Aliás, este aparece como o grande achado da interpretação dialética do Brasil: contra os estagnacionistas, defende-se que o país se moderniza e cresce, mesmo com as anomalias de sua estrutura social; e contra os defensores da hegemonia de uma burguesia nacional, infere-se que a acumulação de capital se realiza

¹⁰ Sobre o ponto, afirma Leôncio Martins Rodrigues, em texto sobre a trajetória de Fernando Henrique: “Para FHC, atribuir à burguesia nacional algum papel revolucionário era simples transferência para o Terceiro Mundo do tipo de desenvolvimento ocorrido em outra época na Europa. A burguesia nacional, na qual os partidos comunistas botavam fé, não existia. Ela não seria a mola do desenvolvimento e modernização porque estaria, por um lado, bloqueada pelas ‘estruturas tradicionais de dominação’ e, por outro, seria dependente do capital internacional” (2009:395).

Segundo as próprias palavras de Cardoso, “nas análises da maioria dos autores ligados ao ISEB – aos quais se deve a maior parte dos trabalhos sobre o desenvolvimento – a aliança entre estas duas classes [proletariado e burguesia] parece ter possibilitado o impulso desenvolvimentista. Como o proletariado é, na etapa de formação do capitalismo, muito mais o objeto da ação empresarial burguesa que o agente do processo de dinamização econômico-social, as conseqüências políticas dessa análise são grandes, pois a ‘burguesia nacional’ surge como a esperança e a razão de ser do desenvolvimento econômico e da modernização do país” (1964:81-2).

¹¹ A partir daqui, as referências diretas são a *Empresário Industrial*...

independentemente de seus deformados desígnios de classe, ancorada nas inversões estatais e no investimento estrangeiro. Como resume Roberto Schwarz, para nosso autor “*estavam errados tanto os descrentes como os crédulos*” (1999:101).

Enquanto libelo anti-nacionalista, em que a ciência social se dedicava a desfazer os equívocos da ideologia, o livro de Fernando Henrique representa, em grande medida, a entrada do *Seminário de Marx* no grande debate nacional acerca dos rumos do desenvolvimento econômico e social do país. Talvez, contudo, isto tenha se dado tarde demais: defendido em novembro de 1963 como tese de livre-docência, o livro só chegou a ser publicado em abril de 1964.

Formula-se, ao longo de seus capítulos, o fundamento conceitual e analítico da teoria do populismo – que viria a ser desenvolvida por um aluno de Cardoso, Francisco Weffort. Aquém dos interesses e da consciência próprias de uma classe proletária, a entrada das “massas populares” na vida política nacional aparece no texto como um importante elemento do contexto político; só que, mais uma vez, as massas só são relevantes apesar, e por causa, da sua passividade. Afônicas (86), passivas e manipuladas (90), as camadas populares fazem apenas figuração em uma trama política dominada pela “*ação de líderes carismáticos e de demagogos*” (90). E não deixa de ser curioso notar que a “democracia” nem aparece, a esta altura, como uma variável importante para nosso autor.

Ademais, reaparece, como antecipamos acima, o tema dos *interesses* – cuja centralidade na dialética de Fernando Henrique apenas se compara à imprecisão conceitual que nele se embute. Convém explorarmos, aqui, uma longa e importante passagem de seu texto, onde mais uma vez a dimensão da política se vê achatada aos interesses das classes em luta:

“Na ‘passagem’ da situação de subdesenvolvimento para uma situação ‘em desenvolvimento’ a resistência e os impulsos não são ‘fatores’ mas ‘interesses’ e ‘oposições’ sociais. Isto quer dizer que, entre a estagnação e o dinamismo, não operam ‘forças’ no sentido de que, por exemplo, uma conjuntura econômica qualquer propicia a formação dos requisitos para a industrialização e, como se a sociedade fervesse a 100%, de repente, instaura-se o desenvolvimento como uma forma de ebulição. Entre um momento e outro da história de uma sociedade, há a mediação de uma luta que reflete a tensão entre interesses e objetivos sociais diversos num duplo sentido: altera-se a posição da sociedade particular no conjunto das sociedades e modifica-se internamente a posição das camadas da sociedade que se está desenvolvendo. Por isso mesmo, não apenas os movimentos sociais que exprimem estas relações são o resultado de uma situação ‘objetiva’ como imprimem no curso do processo de desenvolvimento a marca dos interesses e propósitos que os animam. Estrutura e estratégia não guardam entre si relações de paralelismo: interpenetram-se” (70-1).

A recusa veemente do autor em pensar o desenvolvimento enquanto um movimento objetivo, e sua busca por conceder um espaço decisivo à política e à subjetividade repousa, agora como antes, na afirmação dos “interesses” e das “oposições sociais”. Mas sem uma clara definição do que se está a falar, o receio de reificar o processo histórico com a supressão da política termina por se concretizar na *branda reificação* que se esconde sob a “*mediação da luta que reflete a tensão entre interesses e objetivos sociais diversos*”. Seria preciso, afinal, investigar como se dá a “interpenetração entre estrutura e estratégia” que a dialética inscreve na história – e convocar o conceito de *interesse* como ponto de ancoragem deste vínculo apenas consiste em recolocar como resposta aquilo mesmo que constitui o enigma central a ser decifrado¹².

Considerações finais

Em linhas gerais, tratou-se de investigar como, em uma fundamental narrativa acerca da sociedade brasileira e de seu *desenvolvimento*, é possível detectar o *projeto* implícito de antepor uma “física dos interesses” à “metafísica brasileira” (Werneck Vianna, 2009). A perspectiva da ciência social, e da cátedra, de onde *fala* Fernando Henrique Cardoso, representaria, em grande medida, o patamar privilegiado para a observação criteriosa da urgência com que necessitaríamos de uma *despolitização* de nosso *capitalismo politicamente orientado*. Como se a “despolitização” proposta não implicasse uma *politização de tipo específico* – e, ainda, como se não fosse próprio do sistema capitalista o entrelaçamento entre política e economia.

Resta saber, enfim, como este projeto – implícito na obra e talvez explícito na trajetória político-institucional de nosso autor – se complexifica e alcança uma hegemonia ideológica relativa, no Brasil de fins do século XX, muito devido a sua fundamentação conceitual marxista e a seu entrelaçamento com outras grandes narrativas acerca da formação sócio-histórica do país.

A desventura do marxismo estaria, portanto, nesse contraditório movimento em que ele termina por se encontrar, *dialeticamente*, com o liberalismo que pretende superar. Desventura, esta, tanto mais interessante à medida que o exótico encontro entre opostos se dá não por alguma imperita subversão da teoria marxiana, mas sim guardando importantes vínculos com seu *espírito*.

¹² É interessante observar como Fernando Henrique retoma, em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, a caracterização que acompanhamos em seus primeiros escritos da má-formação de nossa estrutura de classes – o que se evidencia por trechos como o seguinte: “*Assim, da mesma forma que a inexistência de uma ‘tradição proletária’ dificulta a orientação do comportamento operário por valores compatíveis com a situação de classe, a origem não-industrial recente dos industriais brasileiros dificulta que se orientem como empresários e que atuem como classe. Muito comumente as formas de consciência, ação e definição de objetivos políticos, econômicos ou sociais que são encontradas na burguesia industrial discrepam do que corresponderia a seus interesses efetivos de classe*” (160). Vale, ainda, notar que são esses mesmos “interesses efetivos de classe”, acessíveis à ciência, mas nem sempre aos atores sociais, o último reduto da política na compreensão dialética da sociedade exibida por nosso autor.

Afinal, a especificidade da nossa *sociologia* talvez apresente um profícuo caminho para a reavaliação da *universalidade* de certas proposições.

Sobre esta especificidade, escreve um brasilianista:

“De que adiantava provar a assimetria sócio-econômica se a consciência de ‘classe’ (tão evidente em Manchester para Disraeli e Kay-Shuttleworth quanto para Engels) ainda estava adormecida? Daí a necessidade prévia de explicar o fracasso do sindicalismo, o apelo policlassista da política ‘populista’, as atitudes patrimoniais dos grupos empresariais, a seletividade social da educação, os efeitos inibidores da ‘dependência’ externa. Em suma: os manchesterianos abordavam uma situação política; os paulistas abordavam uma situação pré-política” (Morse, 1990: 155).

A relação estabelecida por Morse entre Manchester e São Paulo, nos termos de uma oposição entre “situação política” e “situação pré-política”, traz embutida – de cabeça para baixo – a hipótese para cuja validade se tentou apontar neste trabalho. Pois seria em meio a uma contraditória tarefa de destrinchar os caminhos políticos nesta “pré-política” brasileira que se consolidaria uma desventurosa narrativa que ainda requer uma desconstrução de seus elementos fundamentais.

Questionando a própria pertinência do conceito de *interesse de classe*, em especial em sua tortuosa aplicação ao contexto brasileiro, procurou-se identificar, ao longo do texto, a forma como, em alguns de seus primeiros artigos e livros, Fernando Henrique Cardoso empreende uma leitura sociológica que ratifica a interpretação liberal-weberiana da especificidade brasileira enquanto atraso, pré-modernidade e patrimonialismo. Ressalte-se, pois, que neste ponto a sociologia institucionalizada, de que o autor é um dos expoentes cruciais, não faz mais do que revestir cientificamente um conteúdo comum à ensaística e ao pensamento social brasileiro.

Que uma análise nos termos marxistas de *classe*, *interesse de classe* e *consciência de classe* possa resultar na reiteração de um paradigma liberal talvez indique a necessidade de renovação do aparato conceitual de interpretação do Brasil. E desmistificar o uso aparentemente neutro e despropositado da categoria de *classe* pode, até mesmo, ser um dos passos necessários para uma reinterpretação da singularidade brasileira. Reinterpretação esta que aponte para além das recorrentes críticas da modernização que subtematizam a modernidade (e suas patologias), permanecendo presas a este *telos* imanente; e para além, também, da falsa alternativa entre uma “física dos interesses” e uma “metafísica brasileira”. Porque uma vez identificada aquela física como apenas mais uma *metafísica* entre tantas possíveis – cuja manifestação subjaz nas referências

a uma idealizada *sociedade civil* que redimiria as impurezas de nossas deformações sociológicas¹³; trata-se de apontar para outra modernidade que, longe de residir nos interesses, ou na correlata mercantilização capitalista da vida, aparece como possibilidade de (auto)realização da intersubjetividade.

Referências bibliográficas

Arantes, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Um departamento francês de ultramar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Barboza Filho, Rubem. “FHC: os paulistas no poder”. In: Amaral, Roberto (org). *FHC: os paulistas no poder*. Niterói: Casa Jorge editorial, 1995.

¹³ “Estamos muito empobrecidos conceitualmente com a referência a uma anódina ‘sociedade civil’ – já lá vai bem mais de um século que esta abstração foi desconstruída” (Guimarães, 2003:10)

Cardoso, Fernando Henrique. “Proletariado e mudança social em São Paulo”. In: Revista Sociologia, n. 22 (março), pp. 3-12, 1960a.

_____. “O café e a industrialização de São Paulo”. In: Revista de História, n.42, São Paulo, pp. 471-475, 1960b.

_____. “Condições e fatores sociais da industrialização em São Paulo”. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 11, São Paulo, pp. 148-163, 1961a.

_____. “Le prolétariat brésilien: situation et comportement social”. In: Sociologia du travail, n.4, pp.362-377, 1961b.

_____. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: DIFEL, 1964.

_____. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Cardoso, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

Faoro, Raymundo. “Existe um pensamento político brasileiro?”. In: Faoro, Raymundo. *A república inacabada*. São Paulo: Globo, 2007.

Fernandes, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959.

_____. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

Giannotti, José Arthur. “Recepções de Marx”. *Novos Estudos Cebrap n. 50*, São Paulo, março de 2008.

Guimarães, Cesar. “Prefácio”. In: Eisenberg, José. *A democracia depois do liberalismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

Lahuerta, Milton. *Intelectuais e transição entre a política e a profissão*. Tese de doutorado em ciência política. Universidade de São Paulo, 1999.

_____. *Intelectuais e resistência democrática*. Brasília: Política Democrática, Brasília, 2002.

Mannheim, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

Marx, Karl. *O Capital: crítica da economia política, livro 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Miceli, Sergio. “Por uma sociologia das ciências sociais”. In: Miceli, Sergio (org.). *História das ciências sociais, vol.1*. São Paulo:Vértice/Idesp, 1989a.

_____. “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais”. In: Miceli, Sergio (org.). *História das ciências sociais, vol.1*. São Paulo:Vértice/Idesp, 1989b.

Morse, Richard. “Economia manchesteriana e sociologia paulista”. In: Morse, Richard. *A volta de macluhanaíma*. São Paulo: Cia das Letras,1990.

Pécaut, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

Rodrigues, Leôncio Martins. “Fernando Henrique Cardoso: a ciência e a política como vocação”. In: Botelho, André e Schwarcz, Lilia (orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

Romão, Wagner de Melo. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Fapesp, 2006.

Sader, Emir Simão. “Nós que amávamos tanto o capital”. *Revista Sociologias n.14*, Porto Alegre, 2005.

Sallum Jr., Brasília. “Notas sobre o surgimento da sociologia política em São Paulo”. *Revista Política & Sociedade n.01*, setembro de 2002.

Schwarz, Roberto. “Um seminário de Marx”. In: *Seqüências brasileiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

_____. “Prefácio”. In: Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Toledo, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.

Werneck Vianna, Luiz. “Vantagens do moderno, vantagens do atraso”. In: Werneck Vianna, Luiz. *A transição: da constituinte à sucessão presidencial*. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

_____. “Weber e a interpretação do Brasil”. In: Jessé Souza (org.). *O malandro e o protestante*. Brasília: UnB, 1999.

_____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.